

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

REGISTRO DE PREÇO

Município de Vitória das Missões (RS)

Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022

Tipo de julgamento: **Menor preço por item - Unitário por Item**

Edital de Pregão Eletrônico para o REGISTRO DE PREÇOS de Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DAS MISSÕES - RS torna público pelo presente Edital de Pregão Eletrônico, que as **08:45** do dia **08 de agosto de 2022**, no Prédio da Prefeitura Municipal de Vitória das Missões, situado na Avenida Sete Povos, nº 2033, Centro, se reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 32/2022, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação para o **REGISTRO DE PREÇOS** de Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme relação constante no ANEXO I, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto Municipal nº 1.613/2009, e no que couber, Lei nº 8.666/93, além das condições e obrigações previstas neste Edital.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no dia 08 de agosto de 2022, às 08 h e 45 min, podendo as propostas e os documentos serem enviados até as 08 h e 30 min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I deste Edital.
- 1.2. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, ANEXO IX, e nas condições previstas neste Edital.
- 1.3. As quantidades dos materiais constantes do ANEXO I são estimativas do consumo semestral, portanto não representam obrigação de aquisição pela Administração,

podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do item, sendo assegurado ao detentor do Registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.3.1. As quantidades constantes no ANEXO I serão liberadas gradativamente, de acordo com as necessidades da Administração (Secretarias e Gabinete).

1.4. Os preços registrados neste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.5. A Prefeitura Municipal de Vitória das Missões, através do Departamento de Compras, monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.

1.6. Todos os órgãos da Administração Pública Municipal de Vitória das Missões deverão utilizar-se do presente Registro de Preços.

1.7. As quantidades constantes neste edital são uma estimativa, podendo ocorrer em quantidade inferior.

2. DA PARTICIPAÇÃO/CRENCIAMENTO

2.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou solicitadas por meio do seguinte endereço de email: compras@pmvm.rs.gov.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO

3.1 As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

3.2.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou Empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/ 2006, como condição para aplicação do disposto no item 9, deste edital.

3.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial e de planilha de quantitativos e custos unitários com a indicação dos valores unitários e total, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação.

5. DOCUMENTOS HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Comprovante impresso de Regularidade do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

g) Comprovante de idoneidade, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU. (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>); h) Comprovante do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

5.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.2.1. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.2.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

5.3. Para fins de habilitação neste pregão, a empresa deverá obrigatoriamente anexar até a abertura da sessão pública os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, e VIII, modelos os quais constam ao final do Edital.

6. ABERTURA SESSÃO PÚBLICA

6.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

b) forem omissas em pontos essenciais;

c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1,00(um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8. MODO DA DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando as regras constantes no item 7.

8.2. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Caso não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATES

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;

9.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

9.1.4. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares constantes no Anexo I, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não Previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12. RECURSO:

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

12.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.3. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado conforme os serviços realizados, num prazo de 30 dias, a contar do recebimento da fatura/nota fiscal e da autorização/liberação de aquisição por parte do órgão repassador, devidamente aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do Contrato.

14.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

14.3 A despesa orçamentária prevista para utilização nesta aquisição é oriunda de orçamento próprio de cada secretaria requisitante.

14.4 Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o recebimento da LIBERAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS, sob pena de incidência das penalidades descritas no item 15, podendo inclusive ser considerada inexecução contratual.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS/PENALIDADES:

15.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

15.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

15.3 Não serão efetuados pagamentos pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. OBRIGAÇÕES DA VENCEDOR:

16.1 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao fornecimento do objeto deste edital.

16.2. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições comprovadas na fase de habilitação;

16.3. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

16.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o Art. 65, § 1º, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

17. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.1. Após a adjudicação e homologação pela autoridade competente o licitante vencedor do certame será convocado a assinar a Ata de Prestação dos serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, devendo este providenciar as assinaturas necessárias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei 8.666/93;

17.1.1. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar a Ata, a Administração poderá convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata, em iguais prazos e condições impostas neste Edital, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação ou pena de multa;

17.2. É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com a Lei 8.666/93, artigo 55, XIII;

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas, por escrito, ao Município de Vitória das Missões, setor de licitações, sito na Avenida Sete Povos, nº 2033, pelo telefone (055) 3614-4112 ou e-mail compras@pmvm.rs.gov.br, no horário compreendido entre as 07h30min às 13h30min, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

18.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.

18.3 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

18.4 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax, telefone e dados bancários para eventual pagamento.

18.5 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

18.6 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

18.7 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

18.8 Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- ✓ Anexo I – Termo de referência;
- ✓ Anexo II – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes impeditivos de habilitação em processo licitatório;
- ✓ Anexo III - Modelo de Declaração que não emprega menor;
- ✓ Anexo IV– Modelo de declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.
- ✓ Anexo V– Modelo de credenciamento
- ✓ Anexo VI – Modelo declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- ✓ Anexo VII – Modelo de declaração de idoneidade.
- ✓ Anexo VIII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo.
- ✓ Anexo IX – Contrato/Ata de Registro de Preços

Vitória das Missões (RS), 22/07/22.

CORNÉLIO LUÍS GRIMM,
Prefeito Municipal.

Este edital se encontra examinado e aprovado pelo
Procurador Jurídico.
Em ____/____/2022.

Procurador Jurídico/Assessor Jurídico
OAB/RS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

RAZÃO SOCIAL: _____

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO CAÇAMBA E SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Item	Descrição	Unid.	Estimativa	Valor de referência	Marca
1	Serviços de caminhão caçamba traçado 6x4, com capacidade de carga de 12m ³	h	500,0	250,00	
2	Serviços de Escavadeira Hidráulica, com capacidade de Concha de 1.4m ³ , peso operacional de 22 mil toneladas .	h	200,0	393,00	

ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS
(DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NO ENVELOPE Nº 2)**

(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) infra-assinado, portador (a) da CI nº e do CPF nº....., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local), de de

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MÃO-DE-OBRA DE MENOR
(DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE NO ENVELOPE Nº 2)**

..... (Nome da Empresa Licitante), inscrita no CNPJ nº, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal , o (a) Sr.(a) infra-assinado, portador (a) da CI nº e do CPF nº....., para os fins de habilitação no Pregão 15/2022, DECLARA para fins no disposto no inciso V , art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99 que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos na condição de aprendiz? Sim().
(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima).

(local), de de

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

..... (Nome da Empresa),
inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na Rua

_____, (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) infra-assinado, portador (a) da CI nº e do CPF nº....., declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2022, quanto às condições de qualificação jurídica, de Regularidade fiscal, e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital em referência;

(local), de de

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o Sr., portador da cédula de identidade nº e do CPF nº, a participar da licitação instaurada pelo Município de Vitória das Missões, na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o nº 15/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa (Razão Social da empresa), CNPJ/MF nº, bem como formular propostas e participar de os demais atos inerentes ao certame.

(local), de de

Assinatura do representante legal da empresa
(Com firma reconhecida)

ANEXO VI
MODELO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA ou
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu
representante _____ legal, _____ o(a) Sr. _____ (a.)
_____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº
_____, e do seu contador, o (a) Sr.
(a) _____, portador do CRC nº
_____, DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº
15/2022, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta

empresa, na presente data, está enquadrada como MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

(data)

(representante legal)

(contador)

Esta declaração poderá ser substituída pela Declaração Simplificada emitida pela Junta Comercial que conste o referido enquadramento.

ANEXO VII

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE DA EMPRESA

À Comissão de Licitação Permanente

A empresa....., inscrita no CNPJ
sob nº....., estabelecida no endereço.....,

através de seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

(local), de de

Representante Legal da Empresa

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

A Empresa, CNPJ nº....., situada na Rua, nº....., na cidade de, neste ato representado por seu(sua) titular Sr.(a)....., (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade Civil RS nº....., CPF nº....., declara que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

(local), de de

Representante Legal da Empresa

ANEXO IX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo Administrativo/Requisição nº /2022	Pregão Presencial nº 15/2022

VALIDADE: ____ DE _____ DE _____.

Aos , o Município de Vitória das Missões (RS), inscrito no CNPJ sob o nº 94.449.030/0001-23, situado na Avenida Sete Povos, nº 2033, Centro, no Município de Vitória das Missões (RS), através do Prefeito Municipal , CORNÉLIO LUÍS GRIMM, brasileiro, casado, residente nesta cidade, adiante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), sito à (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob o nº (Nº DO CNPJ), representada neste ato por (NOME COMPLETO), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº (Nº DO CPF), doravante denominada **COMPROMITENTE**, nos termos das Leis nºs. 8.666, de 1993, 10.520, de 2002, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 15/2022, RESOLVEM celebrar o presente contrato e registrar os preços para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura. Conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2022 para atender as necessidades da Administração Pública Municipal, nos termos do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL: A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações e demais documentos fornecidos pelo CONTRATANTE e as cláusulas deste contrato.

Parágrafo único: Para todos os efeitos, incorporam-se, como parte integrante deste contrato e como nele transcrito estejam, em todo o seu teor, os documentos assinados pelas partes, documentos de habilitação, propostas e demais documentos usados para o objeto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: O prazo global para fornecimento de todo o objeto será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS: O pagamento somente será efetuado após satisfeitas todas as condições de entrega previstas no edital.

Parágrafo primeiro: O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir dos serviços realizados, atestado pelas unidades contratantes e mediante

apresentação das notas fiscais ou notas fiscais/faturas à contratante, sendo condicionado ao pagamento o seguinte:

I - O pagamento será efetivado mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o crédito correspondente. Estas informações devem constar na nota fiscal ou na nota fiscal/fatura.

II - Nos pagamentos efetuados pela Administração, poderão ser efetuados retenções relativos a tributos de competência municipal ou os que o mesmo está como responsável pela legislação vigente.

III - O pagamento, advindo das alterações contratuais conforme faculta o art. 65 da Lei nº 8.666/1993, será efetuado nos moldes ali definidos.

IV - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente e liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

Parágrafo segundo: Os pagamentos dos produtos advindos dos acréscimos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993 serão efetuados nas mesmas condições contratuais.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas a serem realizadas dos serviços decorrentes da execução deste contrato, correrão por conta das dotações orçamentárias específicas de cada secretaria.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS: A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a(s) empresa (s) contratada(s) às sanções administrativas previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993, garantida a prévia defesa, ficando estipuladas as penalidades previstas no edital e as a seguir citadas:

a) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

b) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

c) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

d) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 (três) anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

e) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

Parágrafo único: Para a aplicação das sanções previstas será sempre garantida a defesa prévia, conforme art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA: Caso haja reprovação de produtos/serviços já recebidos/realizados, o contratado deverá substituí-los em 48 (quarenta e oito) horas, às suas expensas.

Parágrafo único: No caso de não haver reposição dos itens reprovados, citados no *caput*, caberá a CONTRATADA a devolução dos valores recebidos do CONTRATANTE, acrescidos de juros calculados a base de 10% (dez por cento) do contratado, referente ao pagamento de lotes reprovados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que expirou o prazo de reposição, independentemente das sanções previstas neste contrato e no edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL: O presente contrato poderá ser rescindido na forma a na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo rescisão administrativa do presente contrato, às partes, serão assegurados os direitos previstos no art. 79, §2º, da Lei n 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: Compete à CONTRATADA, por sua conta e exclusiva responsabilidade:

I - observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, às especificações e demais documentos fornecidos pelo contratante e as cláusulas deste contrato;

II - responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do(s) objeto deste contrato, inclusive frete, embalagens, seguro e eventuais perdas e danos;

III - cumprir os encargos definidos neste Edital de nº 15/2022.

IV - **Efetuar os serviços constantes da Lista de Registro de Preços, apenas mediante requisição devidamente assinada pelo Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, o qual solicitará os serviços de acordo com a necessidade do Município.**

V - Os itens constantes deste Registro de Preços deverão ser utilizados **obrigatoriamente por todas as Secretarias Municipais**, ficando vedada a venda destes materiais com valores diferentes aos Registrados nesta ata.

VI – Os Serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (DEZ) dias após o recebimento da **LIBERAÇÃO REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**, sob pena de incidência das penalidades descritas neste instrumento convocatório, podendo inclusive ser considerada inexecução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

Este instrumento poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VALIDADE CONTRATUAL:

O presente instrumento vigorará durante o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em Permanente a Lei nº 8.666/1993, aplicando-lhe quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Santo Ângelo (RS) para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Vitória das Missões (RS), 22 de julho de 2022

CONTRATANTE,

CONTRATADA,

Procurador Jurídico/ Assessor Jurídico
OAB/RS

TESTEMUNHAS:

Vitória das Missões (RS), 22 de julho de 2022

Exmo. Sr.
CORNÉLIO LUÍS GRIMM,
Prefeito Municipal

Assunto: Autorização para abertura de Processo Licitatório PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2022 – Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Pelo presente peço-lhe autorização para abrir Processo de Licitação, Modalidade Pregão Eletrônico Nº **15/2022**, para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e Serviços de Escavadeira Hidráulica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura. A referida despesa se enquadrará nas dotações orçamentárias específicas de cada Secretaria Solicitante.

Atenciosamente,

Aline Bedim,
Chefe do Departamento de Compras.

Autorizo a abrir o processo acima mencionado.

Em 22/07/2022

CORNÉLIO LUÍS GRIMM
Prefeito Municipal.